

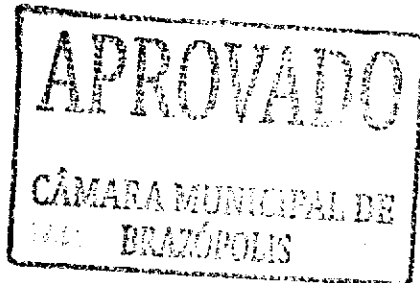


MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI Nº 005/2021



Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí - CIMASP.

Art. 1º. Fica autorizada a participação do Município de Brazópolis no **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO SAPUCAÍ - CIMASP**, com a finalidade de prestar atividades de planejamento, fiscalização e regulação nas áreas de gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos, planejamento urbano, iluminação pública, segurança alimentar, educação, habitação de interesse social, infraestrutura urbana, cultura e mobilidade urbana, visando à melhoria da qualidade de vida da população, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos e pelos demais atos ou normas que venha a adotar.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a subscrever Contrato de Consórcio com natureza jurídica de associação pública com natureza autárquica nos termos do § 4º do artigo 5º da Lei 11.107/05.

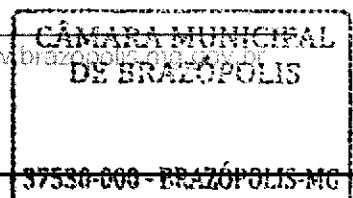
Art. 3º. Fica autorizada a cessão de servidores municipais ao consórcio visando à economia de gastos públicos.


Art. 4º. O Poder Executivo Municipal deverá consignar nas leis orçamentárias dos próximos exercícios, dotações específicas para atender à celebração de contrato de rateio e demais despesas decorrentes da participação do Município no consórcio público de que trata esta lei.


§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações consignadas no orçamento correspondente.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o consórcio público deverá fornecer informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas



Aprovado em 1ª Votação
Por UNANIMIDADE
Sala das Sessões, 23/02/2021

Presidente

Aprovado em 1ª Votação
Por UNANIMIDADE
Sala das Sessões, 23/02/2021

Presidente

A SANÇÃO

SALA DAS SESSÕES: 23/02/2021


PRESIDENTE

Adilson Francisco de Paula
Vereador Presidente 2021

CAMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO VAZ
RUA DA LIBERDADE - BARRA DO VAZ - RJ



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



realizadas com os recursos entregues em virtude do contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 5º. O Poder Executivo deverá elaborar contrato de programa disciplinando os serviços e as obrigações entre municípios e com o consórcio público.

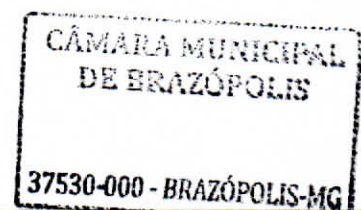
Art. 6º. O consórcio fica autorizado a promover parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Sapucaí – AMASP para utilização de sede administrativa, infraestrutura e pessoal da associação pelo consórcio.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brazópolis, 12 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO MORAIS

Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIFICATIVA

Tem o presente Projeto de Lei o escopo de autorizar o Município de Brazópolis a aderir sua participação no **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO SAPUCAÍ – CIMASP**.

Este Consórcio tem por finalidade prestar atividades de planejamento, fiscalização e regulação nas áreas de gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos, planejamento urbano, iluminação pública, segurança alimentar, educação, habitação de interesse social, infraestrutura urbana, cultura e mobilidade urbana, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Com este consórcio, o Município terá mais facilidades de cumprir com as exigências legais, diuturnamente impostas pelos órgãos federais e estaduais, como por exemplo, a manutenção da rede de iluminação pública.

Já participam deste Consórcio os municípios de CONCEIÇÃO DAS PEDRAS, CONSOLAÇÃO, ITAJUBÁ, MARMELÓPOLIS, PIRANGUÇU, PIRANGUINHO, SÃO JOSÉ DO ALEGRE, SAPUCAÍ MIRIM, WENCESLAU BRAZ, DELFIM MOREIRA, PEDRALVA, MARIA DA FÉ e GONÇALVES.

Assim, é com satisfação que envio a presente proposição para a honrada Câmara Municipal de Brazópolis, para sua apreciação, análise e votação, esperando sua aprovação para que possamos dar andamento aos trabalhos Municipais.

Atenciosamente,

Brazópolis, 12 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO MORAIS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS

37530-000 - BRAZÓPOLIS-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER

Projeto de Lei n.005/2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise do Projeto de Lei nº 005/2021, de 12 de fevereiro de 2021, de autoria do Executivo que "Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Auto Sapucaí - CIMASP".

Fundamentação

Fundamentam-se o referido Projeto de Lei nº 11/2017 no Artigo 30, V da Constituição Federal; § 4º, artigo 5º da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

A redação do presente Projeto de Lei, encontra-se redigida de forma legal e seus dispositivos estão também regulados dentro das formas e normas constitucionais.

Trata-se de matéria autorizativa, visando possibilitar e facilitar as atividades de planejamento, fiscalização e regulação em diversas áreas de gestão da competência da Prefeitura, para que possam ser realizadas, através de Consórcio com outros Municípios da região, com objetivo de executar os serviços com maior eficiência e economia e por fim, garantir ao Município seu regular e legal cumprimento das exigências advindas dos órgãos Federais e Estaduais.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 005/2021 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e por fim, devendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.



Gesse Raimundo de Souza

Primeiro Secretário Designado Relator



Wagner Pereira - Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Presidente



Carlos Adilson - Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Segundo Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS

37530-000 - BRAZÓPOLIS-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TOMADA DE CONTAS.

PARECER

Projeto de Lei n.005/2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão Finanças, Orçamentos e Fiscalização para análise do Projeto de Lei nº 005/2021, de 12 de fevereiro de 2021, de autoria do Executivo que "Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí."

Fundamentação

Fundamenta-se o referido Projeto na Lei no Artigo 30, inciso V da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e, Lei Federal nº 11.107/2005.

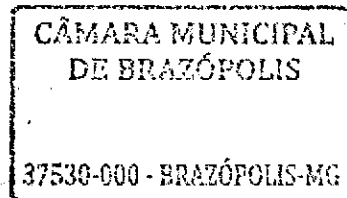
Conclusão

O Projeto enviado pelo Executivo está dentro da legalidade quanto a iniciativa, atende a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo autorizar o Município a participar do Consórcio Multifinalitário, hem como protocolo de intenções, necessário para que o Município possa dar continuidade quanto à gestão dos ativos da iluminação pública. Pois, ainda há planejamento a ser executado para estender os serviços relativos à iluminação pública.

Ressaltamos que além da iluminação pública, no qual os serviços se evidenciaram ultimamente, voltamos para a finalidade da aprovação do referido Projeto de Lei, ou seja, na grande importância da participação do nosso Município no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP, como muito hem explícito no artigo 1º, quanto à: planejamento, fiscalização, e regulação em diversa áreas importantes e necessárias à melhoria na qualidade de vida da população, tanto na saúde, destacando o saneamento básico, meio ambiente; também nas áreas de gestão que engloba Educação, Habitação, Mobilidade Urbana, enfim, Infraestrutura Urbana e Cultura.

Trata-se de matéria autorizativa, visando possibilitar e facilitar os serviços nas gestões acima citadas de competência da Prefeitura, possam ser realizados através de consórcio com outros Municípios da região, com objetivo de executar os serviços com maior eficiência e economia. Quando o Município pretende contratar os serviços de empresas no mercado, vejamos que no caso da participação no referido consórcio, o Município reduzirá custos, em função de o Consórcio poder contratar uma única equipe para atender a diversos Municípios.

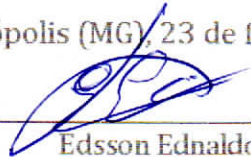


CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante o exposto, entende que o Projeto de Lei 005/2021, em estudo, se apresenta (em seu todo) revestido de legalidade, possui fidelidade e sustentabilidade orçamentária e financeira, estando, assim, adequado para com os preceitos constitucionais, regramentos da lei de responsabilidade fiscal, da lei 4320/64 e, Lei Complementar 101/2000, podendo assim, seguir trâmite regimental e, por fim, podendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.



Edsson Ednaldo Ribeiro

Primeiro Secretário Designado Relator



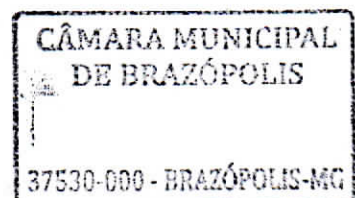
Adriano Simões - Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Presidente



Maria Aparecida da Silva Bernardo - Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Segunda Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA.

PARECER

Projeto de Lei n.005 de 12 fevereiro de 2021.
Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de para análise do Projeto de Lei nº 005 de 12 de fevereiro 2021, de autoria do Executivo que “ Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí”.

Fundamentação

Fundamenta-se o referido Projeto na Lei no Artigo 30, inciso V da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e, Lei Federal nº 11.107/2005.

Conclusão

Trata-se de matéria autorizativa, visando possibilitar e facilitar os serviços nas gestões acima citadas de competência da Prefeitura, para que possam ser realizadas através de Consórcio com outros Municípios da região, com objetivo de executar os serviços com maior eficiência e economia, assim, quando o Município pretende contratar os serviços de empresas no mercado, vejamos que no caso da participação no referido Consórcio, este, reduzirá custos, em função de através do Consórcio poder contratar uma única equipe para atender a diversos Municípios.

Por fim, observamos que o artigo 1º do referido Projeto de Lei trata-se da finalidade de: planejamento, fiscalização, e regulação em diversas áreas importantes e necessárias à melhoria na qualidade de vida da população, tanto na **Saúde, Habitação de Interesse Social**, destacando o **Saneamento Básico, Gestão de Resíduos Sólidos e o Meio ambiente, em seu todo**, entre outras questões.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 005 de 12 de fevereiro de 2021, de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes, uma vez que o referido Projeto de Lei visa à aprovação dos nobres Vereadores quanto à matéria importante e necessária para a melhor execução nas gestões de que envolvem áreas como a **Saúde e Assistência Social**, enfim toda a população, onde com a aprovação, o Legislativo firma seu sério compromisso com a legalidade, favorecendo ao Município cumprir as exigências legais advindas dos órgãos Federais e Estaduais.

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.



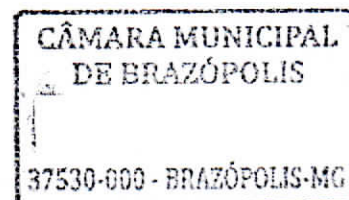
Gesse Raimundo de Souza
Primeiro Secretário Designado Relator



Carlos Adilson – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente



Wagner Pereira – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Segundo Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SEGURANÇA PÚBLICA, ESPORTES E DIREITOS HUMANOS.

PARECER

Projeto de Lei n.005 de 12 de fevereiro de 2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de Educação, Cultura, Segurança Pública, Esportes e Direitos Humanos, para análise do Projeto de Lei nº 005/2020, de 12 de fevereiro de 2021 de autoria do Executivo que “Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí – CIMASP.”

Fundamentação

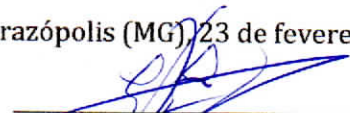
Fundamentam-se o referido Projeto de Lei nº 11/2017 no Artigo 30, V da Constituição Federal; § 4º, artigo 5º da Lei Federal nº11.107/2005 e Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

Trata-se de matéria autorizativa, visando possibilitar e facilitar os serviços nas gestões acima citadas de competência da Prefeitura, para que possam ser realizadas, através de Consórcio com outros Municípios da região, com objetivo de executar os serviços com maior eficiência e economia, assim, quando o Município pretende contratar os serviços de empresas no mercado, vejamos, que no caso da participação no referido Consórcio, o Município reduzirá custos, em função de o próprio Consórcio poder contratar uma única equipe para atender a diversos Municípios. Por fim, observamos o que reza o artigo 1º do referido Projeto de Lei quanto à: planejamento, fiscalização, e regulação em diversas áreas importantes e necessárias à melhoria na qualidade de vida da população, tanto na saúde, destacando o saneamento básico, meio ambiente; **também nas áreas de gestão que engloba Educação, Habitação, Mobilidade Urbana, enfim, Infraestrutura Urbana e Cultura.**

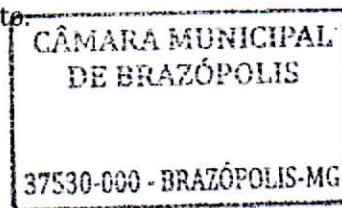
Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 005 de 12 de fevereiro de 2021, de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes, uma vez que o referido Projeto visa à aprovação dos nobres Vereadores quanto à matéria de grande importância para a população, onde com a aprovação, o Legislativo firma seu sério compromisso com a legalidade, favorecendo ao Município cumprir as exigências legais advindas dos órgãos Federais e Estaduais.

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.


Edsson Ednaldo Ribeiro
Primeiro Secretário Designado Relator


Sérgio Eduardo Pelegrino Reis – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente


Maria Aparecida da Silva Bernardo – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Segunda Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE.

PARECER

Projeto de Lei n.005/2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de **OBRAS PÚBLICAS, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE**, para análise do Projeto de Lei nº 005/2021, de 12 de fevereiro de 2021 de autoria do Executivo que “ Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí – **CIMASP**.”

Fundamentação

Fundamentam-se o referido Projeto de Lei nº 11/2017 no Artigo 30, V da Constituição Federal; § 4º, artigo 5º da Lei Federal nº11.107/2005 e Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

Considerando, o interesse local e social visando à melhoria da qualidade de vida da população, e a necessária regulamentação legal para que o Município possa atingir seguramente a finalidade de prestação das atividades que concerne em um bom planejamento e fiscalização nas áreas mais importantes para o desenvolvimento do Município, áreas estas, que cuja as gestões necessitam de planejamento específico e minucioso para que possam ser realizadas com sucesso, o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí – **CIMASP**.” proporcionará com os demais Municípios da região, a oportunidade de execução dos serviços com maior eficiência e economia. O Município ao contratar os serviços de empresas no mercado, vejamos, que com a participação no referido Consórcio, o Município reduzirá custos, em função de o próprio Consórcio poder contratar uma única equipe para atender a diversos Municípios. Por fim, observamos o que reza o artigo 1º do referido Projeto de Lei quanto à: planejamento, fiscalização, e regulação em diversas áreas importantes e necessárias à melhoria na qualidade de vida da população, tanto na saúde, destacando o saneamento básico, **Meio Ambiente**; também nas áreas de gestão que engloba Educação, **Habitação, Mobilidade Urbana**, enfim, **Infraestrutura Urbana** e Cultura, entre out

Desta forma, temos que o referido Projeto de Lei nº 005/2021 está em consonância com as diretrizes da política urbana, conforme legislação Federal, Estadual e Municipal

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.

Adriano Simões

2º Secretário - Designado Relator – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto

Leilane de Almeida
Leilane de Almeida – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente

Gesse Raimundo de Souza
Gesse Raimundo de Souza – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS

37530-000 - BRAZÓPOLIS-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73



PARECER JURÍDICO

Ref.: Projeto de Lei nº005 de 12 de fevereiro de 2021-“Dispõe sobre a autorização para a participação do Município no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí.”

As Comissões Permanentes (Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamentos e Tomada de Contas; Comissão de Saúde, Assistência Social e Cidadania; Comissão de Educação, Cultura, Segurança Pública, Esportes e Direitos Humanos e Comissão de Obras Públicas, Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente) da Câmara Municipal de Brazópolis (MG) remetem consulta sobre a legalidade do PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO: *Projeto de Lei 005 de 12 de fevereiro de 2021- “ Dispõe sobre a autorização para a participação do Município de Brazópolis no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí - CIMASP.”*

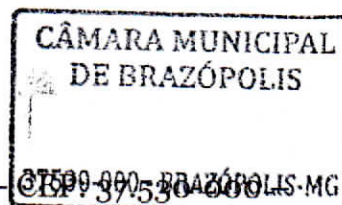
Observo que o presente Projeto de Lei nº005/2021 em questão, se apresenta em conformidade ao disposto no Artigo 30, inciso V, da Constituição Federal, onde há competência para a matéria em questão.

É o breve relato.

A iniciativa do Projeto de Lei está correta, eis que compete ao Município, através do Poder Executivo, conforme Constituição Federal, legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

V - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.”



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

Considerando, que Consórcio Público de Municípios é regulamentado pela Lei Federal nº11.107/2005 e, constituem-se como associações públicas ou pessoa jurídica de direito privado, cujo objetivo é a realização de metas de interesse comum dos entes federados consorciados.

Considerando, ainda, que toda contratação de **Concessão administrativa** deverá ser obrigatoriamente precedida de licitação na modalidade concorrência e, **por intermédio de Associação de Municípios ou por intermédio de Consórcio Público.**

Porém, caso o Município pretenda uma prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, por intermédio de Associação de Municípios ou Consórcios Públicos, deverá observar e vislumbrar as possibilidades já existentes próximas ao Município, onde haverá como: - Promover licitação por meio de Associação Microrregional, criando-se Associação de Municípios, cuja natureza será de Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída como Associação Civil, a qual, pretendendo assumir a terceirização da gestão da iluminação pública por seus Municípios, deverá promover licitação. Não obstante, o exercício do Poder de Polícia, fiscalização e regulação, bem como a outorga de Concessões, Permissões ou Autorização de obras e serviços poderá ser considerado incompatível com essa natureza jurídica de direito privado, **sendo, assim, mais adequado o Consórcio Público de Direito Público nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 11.445/2007.**

Trata-se de matéria autorizativa, visando possibilitar e facilitar os serviços nas gestões acima citadas de competência da Prefeitura, possam ser realizados através de consórcio com outros Municípios da região, com objetivo de executar os serviços com maior eficiência e economia. Quando o Município pretende contratar os serviços de empresas no mercado, vejamos que no caso da participação no referido consórcio, o Município reduzirá custos, em função de o Consórcio poder contratar uma única equipe para atender a diversos Municípios.

Em suma: Não existem óbices que impeçam a autorização do Executivo mencionada no referido Projeto, desde que atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; Lei Complementar 101/2000.

É o parecer, Smj (Salvo mais elevado entendimento).

Brazópolis (MG), 23 de fevereiro de 2021.



Valéria Maria Faria Noronha e Silva

OAB/MG 142.052

Assessora Jurídica

